EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 77/2016
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
COM RESERVA DE COTAS PARA MPE'S

O Município de Araranguá, com sede administrativa na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro, informa que realizará licitação na modalidade Pregão para **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição (sob demanda) de material britado (diabásio) para utilização no revestimento de recuperação e manutenção de estradas vicinais do município de Araranguá,** , pelo menor preço por item, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.
Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar n°147/2014, Decreto Municipal nº. 2.676/2005 de 19 de Maio de 2005 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

" **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:**
o **das 13h00 do dia 18 de maio de 2016, às 14h45min; do dia 01 de junho de 2016.**
o **Limite para impugnação ao edital:**
o **19h00min; do dia 30 de maio de 2016.**
o **Início da Sessão Pública do pregão:**
o **15h00min do dia 01 de junho de 2016.**

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:
" Telefone: 0XX48 3521.0929/ 3521.0911
" E-mail: licitacao@ararangua.sc.gov.br
" Endereço: Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.

I - OBJETO

1.1 O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais e futuras aquisições dos seguintes materiais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R$)
1	MATERIAL BRITADO (DIABASIO) COM TRANSPORTE RESULTANTE DE BRITAGEM SECUNDARIA, COM ABERTURA DE 3" AO FUNDO, TENDO APROXIMADAMENTE 29% DE MATERIAL COM DIAMETRO DE 1 1/2", 8 % DE MATERIAL COM DIAMETRO 3/4" E 63% DE PÓDRISCO (PEDRISCO MAIS PÓ). DENSIDADE DO MATERIAL BRITADO 1,720T/M3. TODOS OS SERVIÇOS DE CARGA E TRANSPORTE DO MATERIAL BRITADO SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA. O TRANSPORTE SERÁ DESDE A JAZIDA DE BRITA ATÉ O LOCAL DE DESCARGA DEFINIDO PELA CONTRATANTE	MT3	4.890	51,13

	CONSIDERANDO O DMT DE 25 KM. O SERVIÇO DE ESPALHAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.			
2	MATERIAL BRITADO (DIABASIO) COM TRANSPORTE (EXCLUSIVO MPES) RESULTANTE DE BRITAGEM SECUNDARIA, COM ABERTURA DE 3" AO FUNDO, TENDO APROXIMADAMENTE 29% DE MATERIAL COM DIAMETRO DE 1 1/2", 8 % DE MATERIAL COM DIAMETRO 3/4" E 63% DE PÓDRISCO (PEDRISCO MAIS PÓ). DENSIDADE DO MATERIAL BRITADO 1,720T/M3. TODOS OS SERVIÇOS DE CARGA E TRANSPORTE DO MATERIAL BRITADO SERÃO EXECUTADOS PELA CONTRATADA. O TRANSPORTE SERÁ DESDE A JAZIDA DE BRITA ATÉ O LOCAL DE DESCARGA DEFINIDO PELA CONTRATANTE CONSIDERANDO O DMT DE 25 KM. O SERVIÇO DE ESPALHAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE. **COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MPES CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014.**	MT3	1630	51,13

II - Dotação Orçamentária

2.1 As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previsto para o exercício de 2016, sendo que a cada contratação de acordo com a necessidade de consumo será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário especifico.

III - PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

3.1.1 – **No item 2, só poderão participar empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Microempreendedor Individual – MEI, nos termos do art 3° e 18°-E, da Lei complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014, sem prejuízo de sua participação no item principal.**

IV - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.
4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.
4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:
a) Anulação ou revogação do edital;

b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

V - PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 1 - Proposta
Prefeitura Municipal de Araranguá/SC
Licitação nº. 77/2016
Licitante:
CNPJ:

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
a) nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ e inscrição estadual e/ou municipal, nome e CPF do representante legal;
b) Número da licitação;
c) Preços com validade de 12 (doze) meses corridos, contados da data da assinatura da ata de registro de preços.
d) Ser apresentada em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta.
e) Marca do produto cotado e o preço unitário e total, considerando o quantitativo estimado no anexo I, por item cotado. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e, entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último.
f) Nos preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do contrato, sendo para todos os efeitos o qual se presumirá assim independentemente de declaração.
g) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
h) Quaisquer tributos, custos e despesas direto ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

5.4 – O cálculo do valor final do material levar-se-á em conta a distancia percorrida para o transporte desde o local da jazida até a sede do municipio devendo a contratada anexar a proposta uma declaração de distância entre a sua jazida até o centro do municipio de Araranguá separando os trechos percorridos em estradas pavimentadas e estradas não pavimentadas.

O cálculo será baseado nas formulas de transporte para orçamento de obras rodoviário, referencial de preço de obras rodoviária do DEINFRA, atualização 15/08/2010, que utiliza os dados constantes dos memoriais descritivos em anexo.

VI - HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 2 - Habilitação
Prefeitura Municipal de Araranguá/SC
Licitação nº. 77/2016
Licitante:
CNPJ:

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:
6.4 Quanto à qualificação jurídica:
a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
6.5 Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
b) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.
d) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.
e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.
6.6 Quanto a capacidade técnica:
a) Atestado de Capacidade Técnica comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características ao objeto desta licitação.

b) Licença ambiental de Operação – LAO, expedida pelo órgão ambiental competente e o Alvará de Concessão de Lavra e/ou licenciamento emitido pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, para a exploração dos materiais pétreos, tudo dentro do prazo de validade, objetivando o cumprimento com o contido nos incisos IV e VII, artigo 12, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, combinado com o inciso IV e parágrafo 2º do Inciso VII, artigo 225, da Constituição Federal, bem como o que preconiza o artigo 7º do decreto-lei nº. 227/67 (Código de Mineração) e a Lei nº. 6.938/81 e suas alterações;

A licitante que não for portadora das licenças, deverá apresentar termo de compromisso com o fornecedor detentor da referida licença.

6.7 Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

VII - SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em seqüência:

Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

7.3 Na ocasião do credenciamento, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar n°123 de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso, DECLARAR, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n° 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3°, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido nos artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionas no inciso 4° do artigo 3° da citada Lei Complementar, sob pena de assim não fazer, não poder usufruir dos benefícios concedidos pela referida lei e ser inabilitada de participar da cota reservada a este tipo de empresa.

7.3.1 – Da mesma forma estabelecida no sub item 7.3 deverá proceder o Micro empreendedor individual conforme assegura o art. 18E da Lei Complementar n° 123/2006.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

7.7 Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, conforme modelo disponível no Anexo II.
7.8 As microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 7.7, desde que, cumprido o disposto no item 7.3 deste edital, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura do contrato, caso seja declarada vencedora do certame.
Análise preliminar de aceitabilidade das propostas
7.9 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexeqüível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.
Seleção das propostas para a etapa de lances
7.10 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:
7.11 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;
7.12 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.
Etapa de lances orais
7.13 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
7.14 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.
7.15 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
7.16 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.
7.17 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
7.18 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº. 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.18.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

7.18.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microcompresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.18.2 - I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.18.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.18.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.3. Para as situações previstas nos item 7.18 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.4 – **DA COTA RESEVADA DE ATÉ 25% PARA ME, EPP E MEI** –

7.18.4.1 – Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar n° 123/2006, na redação dada pela Lei Complementa n° 147/2014, fica **reservada** uma cota do processo, referente ao item 2, assegurando a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, por força do art. 18 E da referida lei complementar.

7.18.4.2 - Se não houver competidor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual capaz de cumprir as exigências estabelecidos no instrumento convocatório relativamente ao lote a ela reservado, a licitação, apenas no que se refere ao item 2, será REVOGADA, abrindo-se novo certame para ampla participação;

7.18.5 – **DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PA ME, EPP E MEI**

7.18.5.1 - Conforme instituído pelo artigo 48, I, da Lei Complementar n° 123/2006, na redação dada pela Lei Complementa n° 147/2014, fica **EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO** do processo, referente ao item 3, assegurando a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, por força do art. 18 E da referida lei complementar.

7.18.5.2 - Se não houver competidor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual capaz de cumprir as exigências estabelecidos no instrumento convocatório relativamente ao lote a ela reservado, a licitação, apenas no que se refere ao item 3, será REVOGADA, abrindo-se novo certame para ampla participação;

7.19 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.20 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.21 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.22 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.23 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.24 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.24.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.24.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.24.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direto à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

7.25 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.26 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.27 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.28 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Araranguá, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.29 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

VIII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 As propostas serão julgadas e adjudicadas conforme definido neste edital e seus anexos.

8.2 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

8.3 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

8.4 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação

IX - CONTRATO

9.1 As empresas vencedoras incluídas na ata de registro de preços estarão obrigadas a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

9.2 Caberá a contratada iniciar o fornecimento imediatamente após assinado o termo de contrato, mediante requisição emitida pelo contratante.

9.3 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.4 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.5 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do **Anexo III** deste Edital.

9.6 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.
9.7 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos com a União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), trabalhista e certidões negativas de tributos e contribuições federais, estadual e municipal, sob pena de a contratação não ser concretizada, devendo manter estas certidões atualizadas.
9.8 Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

X - ENTREGA E PAGAMENTO

10.1 - As entregas serão efetuadas, mediante autorização de fornecimento –AF expedida pela Diretora do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Araranguá durante a vigência do contrato.
Toda entrega deverá ser documentada, inclusive indicando detalhadamente local de aplicação do material.
10.2 – Para efeitos de pagamento serão consideradas as quantidades de material efetivamente transportada e/ou adquirida e atestado pela fiscalização da Contratante.
10.3 – A quantidade transportada será aferida no carregamento do material e conferida no momento da descarga por funcionário (s) da Secretaria de Obras da Prefeitura previamente designado (s). Todo o material transportado será medido em metros cúbicos.
10.4 – A aprovação da medição se dará com o “certifico” do fiscal dos serviços no verso da fatura, devidamente assinado e datado.
10.5 – Os desembolsos serão efetuados no prazo de 05 (cinco) dias úteis da apresentação e aprovação da medição do volume fornecido e/ou transportado no decorrer do período de 01 a 30 do mês anterior.
10.6 - Na hipótese de ser devida atualização monetária do valor faturado, será aplicado o índice de variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), pelo critério “Pró-Rata-Die”.
10.7 - Caso o pagamento ocorra após a data do vencimento, conforme definido no sub item 13.4 deste Edital, o valor de cada fatura será acrescida de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia útil de atraso, a título de compensação e penalização

XI - PENALIDADES

11.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura e, será descredenciado no sistema CidadeCompras, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:
a) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Araranguá.
11.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.
12.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.
12.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
12.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
12.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
12.6 No interesse da Município de Araranguá, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:
a) adiada sua abertura;
b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.
13.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Comarca de Araranguá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
13.8 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Material e Patrimônio pelo telefone 0XX48 3521 0929, nos dias úteis, em horário comercial.
13.9 Faz parte deste Edital:
a) Anexo I - Memorial descritivo e valor referência.
b) Anexo II - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação
c) Anexo III – Declaração que não emprega menor
c) Anexo IV – Credenciamento
c) Anexo V - Minuta de Contrato.

Araranguá, SC, 17 de maio de 2016.

Sandro Roberto Maciel
Prefeito Municipal

Liliane Silva de Souza
Pregoeira

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

O termo de referência tem por objetivo especificar a aquisição de material britado, materiais oriundos da britagem da rocha de diabasil, para utilização no revestimento de recuperação e manutenção de estradas vicinais no município de Araranguá.

1) LOCAIS DE APLICAÇÃO DO MATERIAL

BAIRRO JARDIM CIBELE

Rua Francisco Anastácio – Será revestida com material britado em uma extensão total de 600,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 934 do Sr. Claudio da Silva Costa e a residência nº 315 da Sra. Valdirene de Souza Machado. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 3600,00 m².

Rua João Anastácio – Será revestida com material britado em uma extensão total de 300,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 395 da Sra. Gisleine Raupp Tavares e a residência nº 374 do Sr. Enio Antonio Martins. A rua possui uma largura média de 4,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Manoel Anastácio – Será revestida com material britado em uma extensão total de 800,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 55 da Sra. Vanir da Silva Mota e a residência nº 887 do Sr. Rogério de Quadra Fagundes. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4800,00 m².

Rua José Anastácio – Será revestida com material britado em uma extensão total de 700,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 380 da Sra. Luana de Souza Oliveira e a residência nº 209 da Sra. Maria de Lourdes da Silva Inácio. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4200,00 m².

Rua Miguel Manoel Pacheco – Será revestida com material britado em uma extensão total de 800,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 133 do Sr. Lucas Zeferino de Souza e a residência nº 815 da Sra. Izabete Schmidt. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4800,00 m².

Rua Joaquim Cristiano de Medeiros e rua 05 - Será revestida com material britado em uma extensão total de 180,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 998 do Sr. Gilberto de Matos e a residência nº 850 da Sra. Darli Nazário Mota. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1080,00 m².

Rua Manoel Tavares da Rosa – Será revestida com material britado em uma extensão total de 350,00 metros no trecho compreendido entre a residência S/N do Sr. Jonatas de Andrade Anastácio e a residência nº 942 da Sra. Maria Inácia da Silva. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 2100,00 m².

Rua Eroni Souza Gomes – Será revestida com material britado em uma extensão total de 200,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 703 do Sr. Fabiano Jervino até o cruzamento com a rua Miguel Manoel Pacheco. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Celino Rufino da Silva – Será revestida com material britado em uma extensão total de 200 metros no trecho compreendido entre a residência nº 345 da Sra. Rosa Maria dos Santos e a residência nº 374 do Sr. Enio Antonio Martins. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Pedro Roldão Pereira – Será revestida com material britado em uma extensão total de 400,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 44 da Sra. Nelzi Espindula da Rosa e a residência nº 169 da Sra. Noeli de Souza Machado. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 2400,00 m².

BAIRRO LAGOÃO

Rua José Baldoino Florentino - Será revestida com material britado em uma extensão total de 700,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 74 do Sra. Alexandre Marcolino e a residência nº 671 da Sra. Janete da Silva Borges. A rua possui uma largura média de 7,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4900,00 m².

Rua Leandino João Joaquim - Será revestida com material britado em uma extensão total de 700,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 1448 do Sr. José Leandino Joaquim e a residência nº 85 da Sra. Maria das Dores. A rua possui uma largura média de 7,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4900,00 m².

Rua Antônio Belmiro Nunes – Será revestida com material britado em uma extensão total de 500,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 55 do Sr. Roberto Maciel e a residência nº 450 da Sra. Maria de Fátima. A rua possui uma largura média de 7,00 metros gerando uma área total de revestimento de 3500,00 m².

Rua Domingos José Andre – Será revestida com material britado em uma extensão total de 650,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 79 da Sra. Maria das Graças Apolinário Pereira e a residência nº 467 da Sra. Rosangela Costa Silvério. A rua possui uma largura média de 7,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4550,00 m².

Avenida Capitão Pedro Fernandes – Será revestida com material britado em uma extensão total de 650,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 1686 da Sra. Susana Borges Fernandes e a residência nº 1051 do Sr. Álvaro José Pessi Laurindo. A rua possui uma largura média de 14,00 metros (duas pistas de 7,00 metros) gerando uma área total de revestimento de 9750,00 m².

BAIRRO POLICIA RODOVIARIA

Rua Pedro Manoel Gomes – Será revestida com material britado em uma extensão total de 800,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 97 do Sr. Pedro Paulo de Souza e a residência nº 746 da Sra. Marli Jani Seieglitz. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4800,00 m².

Rua João Francisco Alves – Será revestida com material britado em uma extensão total de 800,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 777 do Sr. José Paulo da Silva e a residência nº 534 do Sr. Nei Edson Daltoé. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4800,00 m².

Rua Antônio Bernardo – Será revestida com material britado em uma extensão total de 750,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 44 da Sra. Ana Tarcila e a residência nº 616 da Sra. Micheli Pereira dos Santos. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4500,00 m².

Rua Projetada - Será revestida com material britado em uma extensão total de 500,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 19 do Sr. Rodrigo Pires e a residência S/N do Sr. Jercerino Costa da Silva. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 3000,00 m².

Rua Manoel Veríssimo de Souza – Será revestida com material britado em uma extensão total de 600,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 679 do Sr. Ricardo dos Santos e a residência nº 71 da Sra. Nilcia Laurindo de Borba. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 3600,00 m².

Rua Sonia Ondina Marcelino – Será revestida com material britado em uma extensão total de 600,00 metros no trecho compreendido entre a residência S/N da Sra. Erizete da Silva Delfino e a residência S/N da Sra. Gislaine Josefino Peris. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 3600,00 m².

Rua Anastácio de Oliveira Soares – Será revestida com material britado em uma extensão total de 600,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº S/N da Sra. Ângela Maria Vieira e a residência nº 98 da Sra. Mirian Dantas da Silva. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Marcelo Todeschini – Será revestida com material britado em uma extensão total de 200,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 773 da Sra. Janaina Borges Macarine até próximo a residência nº 71 na rua projetada que cruza com a rua Marcelo Todeschini. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Anchieta – Será revestida com material britado em uma extensão total de 200,00 metros no trecho compreendido entre a rua Anastácio de Oliveira Soares e a rua Projetada. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Castelo Branco – Será revestida com material britado em uma extensão total de 200,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 411 da Sra. Sandra Cristina dos Santos e a residência nº 278 da Sra. Milene da Silva Caetano. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua Gaspar Dutra - Será revestida com material britado em uma extensão total de 200,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 287 da Sra. Jurema Neguel dos Santos e a residência nº S/N da Sra. Daiane Espindula. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 1200,00 m².

Rua João Emerin – Será revestida com material britado em uma extensão total de 400,00 metros no trecho compreendido entre a residência nº 425 doa Sr. João Pereira e a residência nº 4154 do Sr. Guilherme Emerin. A rua possui uma largura média de 6,00 metros gerando uma área total de revestimento de 2400,00 m².

BAIRRO NOVA DIVINEIA

Rua José Francisco Alves - Será revestida com material britado em uma extensão total de 650,00 metros no trecho compreendido entre a rua Fúlvio Furtado até o Cemitério Municipal Jardim da Paz. A rua possui uma largura média de 7,00 metros gerando uma área total de revestimento de 4550,00 m².

2) QUANTIDADE:

- Material britado (diabasio): 6.520,00 m3

3) CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS:

MATERIAL BRITADO (DIABASIO): o material fornecido será resultante de britagem secundária, com abertura de 3" ao fundo tendo aproximadamente 29% de material com diâmetro 1 1/2", 8% de material com diâmetro 3/4" e 63% de pódrisco (pedrisco mais pó);

DENSIDADE DO MATERIAL BRITADO: 1,720 t/m³;

4) TRANSPORTE E LOCAL DE DESCARGA: todo os serviços de carga e transporte do material britado serão executados pela empresa contratada. O transporte será desde a jazida de brita até o local de descarga definido pelo município considerando a distancia media de transporte de 25 Km.

5) HORAS/DIA: o transportador deverá obedecer ao horário da Prefeitura estando os caminhões a disposição diariamente, bem como deverão obedecer aos horários e modificações determinadas pela Secretaria do Interior.

6) RESPONSABILIDADE: para atendimento às condições apresentadas à contratada deverá se utilizar da quantidade de caminhões basculantes necessárias para a realização do serviço, que será determinado diariamente pela Secretaria do Interior do município. A contratada assumirá a

responsabilidade integral pelos mesmos, ou seja, quaisquer danos, físicos e materiais, ocorridos no(s) caminhões, bem como a manutenção preventiva ou corretiva ou danos físicos nos seus respectivos motoristas ou por eles provocados; A contratada ficará responsável pelo pagamento dos motoristas, encargos sociais, seguros e qualquer outra obrigação.

7) MEDIÇÃO: o material será medido e pago de acordo com as medições efetuadas, mediante emissão de LAUDO DE MEDIÇÃO. Todo o material fornecido será medido em m³ (metros cúbicos).

8) SERVIÇO DE ESPALHAMENTO E NIVELAMENTO DO MATERIAL BRITADO: Todo o serviço de espalhamento do material britado nas estradas vicinais é de responsabilidade da Prefeitura Municipal utilizando para isso moto niveladora da frota própria bem como operadores da equipe da Prefeitura.

Após a descarga do material no local o espalhamento é executado com a moto niveladora (patrola) de forma uniforme cobrindo toda a largura do leito da rua existente, sendo que a camada de material britado após o espalhamento e nivelamento ficará com espessura media de 7 cm.

Alfredo Afrânio Ronconi
Secretario de Desenvolvimento Urbano, Obras e Serviços

Marcio Murilo Daniel
Engenheiro Civil

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. . . . . , sediada (endereço completo)_____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____ , ___ de _____de 2016.

_____
(nome e identidade do representante legal)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR
(MODELO)

(Nome da Empresa)
.....
inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ...., portador(a) da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF Nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....
Local e data.

.....
(identificação e assinatura do representante legal)

ANEXO IV

CREDENCIAMENTO

A empresa . . . . . , inscrito no CNPJ nº . . . . . , com sede à . . . . . , neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Araranguá , praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.
Local, data e assinatura, ...

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. /2016

O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 82.911.249/0001-13 , neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. SANDRO ROBERTO MACIEL**, inscrito no CPF/MF sob o n.º , a seguir denominado CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa , pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº. , com sede na ,Bairro , na cidade de , Estado neste ato representado pelo(a) , portador(a) da Cédula de Identidade nº. com CPF nº. , residente e domiciliado na cidade de , a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é a compra para entregas futuras de .....conforme as especificações contidas no anexo I parte integrante do respectivo edital e deste contrato, os quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pela licitação nº. ...../2016 – Pregão Presencial.

2 - As quantidades são estimadas não cabendo a contratada quaisquer direitos caso as mesmas não sejam atingidas durante a vigência do contrato, ficando a critério do contratante a utilização total ou parcial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

1 - Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatório, edital de licitação, especificações, memoriais e proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

Parágrafo Primeiro

A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº. 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento dos materiais, a importância de R$ ..... (.....), daqui por diante denominado "Valor Contratual", que serão empenhados a conta das seguintes dotações:

.....
.....
.....

2 - O valor deste contrato é meramente estimativo não cabendo a contratada quaisquer direitos caso o mesmo não seja atingido durante a sua vigência, ficando a critério do contratante a utilização ou não do valor.

3 - O valor da entrega será calculado pelos preços unitários constantes da proposta da adjudicatária.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E PAGAMENTO

1 - As entregas serão efetuadas, mediante autorização de fornecimento –AF expedida pela Diretora do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Araranguá durante a vigência do contrato.

2 - Para efeitos de pagamento serão consideradas as quantidades de material efetivamente transportada e/ou adquirida e atestado pela fiscalização da Contratante.

3 - A quantidade transportada será aferida no carregamento do material e conferida no momento da descarga por funcionário (s) da Secretaria de Obras da Prefeitura previamente designado (s). Todo o material transportado será medido em metros cúbicos.

4 - A aprovação da medição se dará com o “certifico” do fiscal dos serviços no verso da fatura, devidamente assinado e datado.

5 - Os desembolsos serão efetuados no prazo de 05 (cinco) dias úteis da apresentação e aprovação da medição do volume fornecido e/ou transportado no decorrer do período de 01 a 30 do mês anterior.

6 - Na hipótese de ser devida atualização monetária do valor faturado, será aplicado o índice de variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), pelo critério “Pró-Rata-Die”.

7 - Caso o pagamento ocorra após a data do vencimento, conforme definido no sub item 13.4 deste Edital, o valor de cada fatura será acrescida de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia útil de atraso, a título de compensação e penalização

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

1 - O presente contrato terá duração a partir da data de sua assinatura até 31/12/201---.

Parágrafo único

Correrão à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

1 - A fiscalização e o acompanhamento da entrega, objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE, através de profissionais qualificados e devidamente credenciado pela Administração Municipal.

CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

1 - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

1 - À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: (a) de 0,1% *(um décimo por cent*o) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega; (b) de 1% *(um por cent*o) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento; (c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta *(federal, estadual ou municipa*l), pelo prazo de até 02 *(doi*s) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

1 - Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 *(cinco*) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO.

1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer a CONTRATANTE à quantia de .....

2 - O presente contrato terá sua vigência até o dia 31 de dezembro de 201---.

3 - As quantidades são estimadas não cabendo a contratada quaisquer direitos caso as mesmas não sejam atingidas durante a vigência do contrato, ficando a critério do contratante a utilização total ou parcial.

4 - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos aos fornecimentos contratados, deverá esta comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 *(quarenta e oit*o) horas, para que, a contratante tome as providências cabíveis, inclusive no que diz respeito à aceitação ou não do alegado.

5 - Enquanto perdurar o impedimento a CONTRATANTE se reserva o direito de contratar o fornecimento do(s) bem(*n*s) com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

Parágrafo Terceiro

O produto entregue em desacordo com as características, especificações, validade e/ou com as quantidades do edital, verificadas no ato de seu recebimento, deverá ser substituído ou complementado. Nestes casos, o prazo para reposição e/ou substituição e/ou complementação será determinado pela contratante e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO

1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 *(doi*s) anos;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

1 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos: (a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida; (b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro

A rescisão do Contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:
I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93; II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
III - Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS ALTERAÇÕES

1 - Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

1 - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

1 - Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

1 - As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.
Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 03 *(três*) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.
Araranguá, SC, ... de ..... de 2016.

Município de Araranguá
Sandro Roberto Maciel
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Afrânio Alfredo Ronconi
Secretario de Desenvolvimento Urbano, Obras e Serviços

Testemunhas: _____ _____

Nome:
CPF nº.

Nome:
CPF nº.